

Da influência dos movimentos de educação e cultura popular aliada às novas tendências na educação para a disseminação / valorização dos ambiente não escolares.

Thassiana Bessa Ferreira¹

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de, por meio de breves reflexões sobre os movimentos de educação e cultura popular na educação ocorridos no século XX, mais precisamente na década de 1960, apresentar seus principais motivos e discutir como influenciaram na disseminação dos espaços educativos não escolares. Como rol exemplificativo, podemos citar: Movimento de Educação de Base (MEB), De pé no chão também se aprende a ler e o Movimento de Cultura Popular de Pernambuco (MCP). Apresenta também uma breve exposição da evolução da legislação no âmbito educacional, desde a Constituição da República de 1988 até a publicação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), perpassando pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Menciona, de forma resumida, os ambientes não escolares mais comuns e de que forma tem contribuído para a disseminação do conhecimento, por exemplo: museus, oficinas, centros culturais, fundações e Organizações não governamentais (ONGs). O artigo apresenta ainda o paralelo existente entre as novas tendências educativas e o desenvolvimento desses ambientes não escolares, a exemplo da escola aberta. Por fim, como considerações finais, este artigo aponta o desenvolvimento dos ambientes não escolares como uma tendência educacional do século XXI, coexistindo, assim, com o ambiente escolar (a escola).

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos de educação e cultura popular. Legislação. Escola aberta. Ambientes não escolares.

ABSTRACT

This article aims, through brief reflections about the movement of education and popular culture in education that occurred in the twentieth century, more precisely in the 1960's, to present their main reasons and discuss how they have influenced on the spread of non-school educational spaces. As illustrative list, we can mention: Basic Education Movement (MEB), Standing on the floor also learn to read and Popular Culture Movement of Pernambuco (MCP). It also presents a brief exposure of the evolution of legislation in the educational context, since the Constitution of 1988 until the publication of the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB), passing by the Child and Adolescent Statute (ECA). It mentions, briefly, the most common non-school environments and how they have contributed to the dissemination of knowledge, for example: museums, shops, cultural centers, foundations and non-governmental organizations (NGOs). The article also presents the existing parallel between the new educational trends and the development of these non-school environments such as the open school. Finally, as a final consideration, this article points out the development of non-school environments as an educational trend of the century, thus coexisting with the school environment (school).

KEYWORDS: *Movements of education and popular culture. Legislation. Open school. Non-school environments.*

¹Thassiana Bessa Ferreira foi aluna especial do mestrado em educação na Universidade de Uberaba- UNIUBE em 2013, Brasil; trabalha como Assistente Administrativo na Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM. Graduada em Direito pela Universidade de Uberaba e com especialização em Direito Civil pela Faculdades Integradas de Jacarepaguá. Endereço eletrônico: thassianabessa@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI, contamos com infindáveis formas de transmissão do saber, sendo esse o objetivo fim da educação. O que antes era delegado apenas ao ambiente escolar (a escola), agora conta com espaços não escolares de aprendizado. O fato é que, hoje, a escola, sozinha, não constrói o saber.

Diante deste cenário, o conceito de Educação amplia-se. E nas palavras de Gohn (2011) não se limitando apenas aos espaços escolares formais, atrelados somente ao processo de ensino-aprendizagem de seus educandos. (RODRIGUES; TAMANINI, 2012 apud GOHN, 2011).

A informatização e o ensino a distância são os maiores responsáveis por essa nova dinâmica no processo de construção do saber. O aprendizado, não mais limitado à escola, perpassa todos os ambientes em que o indivíduo está inserido, seja no clube, no sindicato, na associação, entre os familiares e até mesmo nas horas de lazer. Ou seja, temos uma descentralização da educação.

A respeito do tema:

A Educação é chamada também a transpor os muros da escola, para os espaços da casa, do trabalho, do lazer, do associativismo e outras atividades afins. Configura-se assim um novo campo da Educação que aborda processos educativos fora das escolas ou não, em processos organizativos da sociedade civil, abrangendo organizações sociais e não governamentais, movimentos sociais estratégicos, ou processos educacionais articulados com a escola e comunidade. (RODRIGUES; TAMANINI, 2012).

Na década de 60, contando com o apoio de políticos adeptos do então chamado populismo e, engajados no lema de provocar mudanças no sistema de ensino vigente, tiveram início os chamados movimentos sociais na educação. Dentre eles, como rol exemplificativo a ser desenvolvido oportunamente, podemos citar: Movimento de Educação de Base (MEB), De pé no chão também se aprende a ler e Movimento de Cultura Popular de Pernambuco (MCP).

Em resposta ao sistema de ensino proposto pelo educador Paulo Freire e ainda após os movimentos de educação e cultura popular que aconteciam pelo país, a legislação brasileira, ainda que timidamente, começa a publicar normas e implementar políticas a respeito.

Sobre o tema:

Já na década de 60 do século XX, experiências de organização popular e educação comunitária faziam parte de debates, fóruns e tentativas de articulação com a educação oficial formal. A frente deste processo esteve o educador Paulo Freire que engenhosamente abriu caminhos para a reflexão sobre o papel do

conhecimento, e a responsabilidade social e política do educador da educadora e, sobretudo, do sentido emancipatório da educação pública. Protagonizou a idéia de sujeito que aprende e que ensina, deslocando o debate sobre o “poder e conhecimento” para “poder, conhecimento e autonomia social”. (RODRIGUES; TAMANINI, 2012).

A promulgação da Constituição Federal (CF) em 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, marcam um novo rumo da educação no país, quando abrem a possibilidade de atuação dos espaços não formais de aprendizagem, coexistindo com o ambiente escolar.

A respeito do desenvolvimento desses ambientes:

A educação não formal foi um campo de menor importância no Brasil, até os anos de 1980, tanto nas políticas públicas, quanto entre os educadores. (RODRIGUES; TAMANINI, 2012 apud GOHN, 2010).

Com a descentralização da educação, principalmente após respaldo jurídico, temos a consolidação de vários ambientes não escolares, onde podemos citar, por exemplo: museus, oficinas, centros culturais, fundações e organizações não governamentais (ONGs).

Sobre o assunto, SOUZA cita oportunamente Paulo Freire:

Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que aprendemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significação. (SOUZA apud FREIRE, 1997, p.50).

A atividade desenvolvida nesses ambientes é de suma importância no processo de aprendizagem e a atuação do pedagogo também deve se dar no intuito de conciliar escola e espaços não formais, pois essa é a nova tendência no âmbito educacional. Nos dizeres de Libâneo, “ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação”. (MORAIS apud BRANDÃO, 1985).

1. Movimentos de Educação e Cultura Popular: contribuições de Paulo Freire para a educação

Conhecido como o mentor da educação, Paulo Freire (1921-1997) foi um dos mais atuantes

educadores brasileiros de renome também internacional. Em um dos seus livros intitulado *Pedagogia do Oprimido* (1987), Freire defendia uma nova metodologia para alfabetização de adultos, tendo como objetivo principal a conscientização do aluno na educação.

Com o método Paulo Freire, como ficou conhecido, o educador conseguiu alfabetizar 300 (trezentos) cortadores de cana com apenas 40 (quarenta) horas aula, durante 45 (quarenta cinco) dias, e sem o uso de cartilhas. Resumidamente, Freire criticava o uso de cartilhas, pois o método utilizado era o da repetição (BRANDÃO, 1981).

Sobre a prática educativa, Paulo Freire escreve que:

O que importa, na formação docente, não é a repetição mecânica do gesto, este ou aquele, mas a compreensão do valor dos sentimentos, das emoções, do desejo, da insegurança a ser superada pela segurança, do medo que, ao ser “educado”, vai gerando a coragem. Nenhuma formação docente verdadeira pode fazer-se alheada, de um lado, do exercício da criticidade que implica a promoção da curiosidade ingênua à curiosidade epistemológica, e do outro, sem o reconhecimento do valor das emoções, da sensibilidade, da afetividade, da intuição ou adivinhação. Conhecer não é, de fato, adivinhar, mas tem algo que ver, de vez em quando, com adivinhar, com intuir. (PARREIRA; JOSÉ FILHO apud FREIRE 2000).

Paralelamente as mudanças propostas por Paulo Freire, eclodiam por todo o país movimentos de educação e cultura popular, com o intuito de modificar a educação até então oferecida. Esses movimentos eram financiados por políticos populistas, tais como Miguel Arraes e Djalma Maranhão.

Já na década de 60 do século XX, experiências de organização popular e educação comunitária faziam parte de debates, fóruns e tentativas de articulação com a educação oficial formal. A frente deste processo esteve o educador Paulo Freire que engenhosamente abriu caminhos para a reflexão sobre o papel do conhecimento, e a responsabilidade social e política do educador da educadora e, sobretudo, do sentido emancipatório da educação pública. Protagonizou a ideia de sujeito que aprende e que ensina, deslocando o debate sobre o “poder e conhecimento” para “poder, conhecimento e autonomia social”. Somente no final da década de oitenta do século XX que tais debates passam a fazer parte das estruturas oficiais do Estado. As políticas de educação como um direito a cidadania (UNESCO/LOAS/ECA) objetivamente estão sendo estruturadas a partir de pressão dos movimentos sociais nestas últimas décadas. (RODRIGUES; TAMANINI, 2012).

Dentre os movimentos de educação não formal que mais se destacaram no Brasil na década de 60, faremos uma breve exposição sobre o Movimento de Educação de Base (MEB), De pé no chão também se aprende a ler e o Movimento de Cultura Popular de Pernambuco (MCP).

1.1. Movimento de educação de base (1ª fase 1961-1965)

Outro movimento de educação e cultura popular foi o Movimento de Educação de Base (MEB), tendo como área inicial de atuação as regiões subdesenvolvidas do país (Norte, Nordeste e Centro-Oeste).

Nos dizeres de ALVES:

A criação do MEB foi consequência direta do desenvolvimento das ligas camponesas na região da cana-de-açúcar do Nordeste, a estreita faixa de terras úmidas que tem o Recife por centro. Estas ligas formaram-se a partir de uma cooperativa, criada pelos camponeses de uma propriedade semi abandonada, o engenho Galileia, que queriam juntar os seus recursos para comprar sementes, instrumentos de trabalho e caixões de madeira, já que a derradeira humilhação de uma mortalha de papel de jornal é considerada particularmente terrível nesta região, em que a vida não é mais que uma curta espera da morte. (ALVES, P. 181).

O Decreto Presidencial 50.370/61 estabeleceu inicialmente um plano quinquenal de atuação do MEB. O Movimento atuou radio educação à distância. Além da alfabetização, implantou cursos de capacitação destinados às comunidades tais como cooperativismo e associativismo.

O artigo 2º do mencionado decreto estabelecia que:

O MEB executará um plano quinquenal 1961/1965 durante o qual instalará 15.000 (quinze mil) Escolas Radiofônicas em 1961, e, nos anos subsequentes, tomará providências necessárias para que a expansão da rede escolar radiofônica seja sempre maior do que a do ano anterior.

Atuando também segundo a metodologia do educador Paulo Freire, o MEB caracterizou-se como um movimento de práticas não formais de educação, buscando soluções para a educação fora dos muros da escola. “Para o MEB, a conscientização é intrínseca à própria educação, pois ela significa ajudar alguém, a tomar consciência do que é (consciência de si), do que são os outros (comunicação entre sujeitos) e do que é o mundo (coisa intencionada).” (GÓES, 1980).

Apesar das crises, O MEB sobrevive até os dias atuais. O MEB sobreviveu ao golpe de Estado porque o convênio com a União fixara as datas-base de 1961/1965, mas em 1996 “perdeu as suas características de Movimento de Educação Popular e tornou-se uma forma tardia de Educação Fundamental.” (GÓES, 1980 apud BRANDÃO).

1.2. De pé no chão também se a ler (1961-1964)

De pé no chão também de aprender a ler teve início em 1961, em Natal (RN). Seus principais mentores foram Djalma Maranhão, então prefeito de Natal, e seu secretário de educação e cultura, Moacyr de Góes.

Campanha de cunho populista, seu principal lema era diminuir os altos índices de

analfabetismo da população de Natal, aplicando-se, para tanto, o sistema de ensino Paulo Freire, tendo em vista que o modelo atual de educação não apresentava resultados positivos.

Vale ressaltar ainda que, a prefeitura de Natal não dispendo de dinheiro para construir prédios para abrigar os alunos, construiu galpões cobertos de palha de coqueiro e piso de barro batido, o que de fato serviu para batizar o nome da campanha:

(...) A expressão (de pé no chão também se aprende a ler) advém de uma reportagem do jornalista Expedito Silva sobre a democratização do ensino municipal. Relatando o que vira nas Rocas – a escola de palha de coqueira e de chão de barro batido, sem exigências de farda nem sapatos -, o jornalista escreveu que, agora, em Natal, até de pé no chão se aprenderia a ler...O prefeito Djalma Maranhão percebeu o apelo da expressão e adotou-a para a Campanha Municipal de Erradicação do Analfabetismo: ter os pés no chão significava conhecer a realidade e a dimensão do seu desafio. (GÓES, 1980).

A campanha contou com a ajuda da população e ainda com o incentivo a leitura por parte dos governantes. O resultado final da campanha foi um sucesso, tendo alcançado os objetivos de redução dos índices de analfabetismo. José Wellington Germano – o educador brasileiro que mais profundamente estudou De Pé no Chão - concluiu que ali “a prática correu diante da teoria, ultrapassando-a.” (GÓES, 1980).

Futuro não promissor teve o idealizador da campanha, Djalma Maranhão, tendo sido exilado após o término da campanha.

1.3. Movimento de cultura popular de Pernambuco (1961-1963)

O Movimento de Cultura Popular de Pernambuco (MCP), ocorrido em Recife e liderado pelo então prefeito populista Miguel Arraes, tinha como objetivo principal “conscientizar as massas através da alfabetização e educação de base (...)e incorporar a sociedade os milhares de proletários e marginais do Recife.” (GÓES, 1980 apud Plano de ação do Movimento de Cultura Popular).

O Movimento de Cultura Popular, através de escolas experimentais, também realizou a experiência de radio educação, assim como o Movimento de Educação de Base. Conforme os demais movimentos citados ocorridos neste período, as práticas educativas também estavam pautadas no Método Paulo Freire de educação.

Conforme lembra GÓES:

Os meios informais de educação parecem ser o cerne do MCP e, desses, a expressão mais eloquente são as Praças de Cultura, que, com parques infantis, bibliotecas, auditório para teatro, teleclube, cineclube, debates, concha acústica – trabalhando junto a associações de bairros, centros esportivos e recreativos, grupos escolares, templos, etc -, constituem um dado inovador da maior importância. A

primeira proposta de Praça de Cultura é de autoria do professor Paulo Rosas, da Universidade do Recife, e data dos anos 50, sua efetivação só ocorreria, todavia, no âmbito do MCP. (GÓES, 1980).

O movimento de Cultura Popular foi considerado de importância nacional, marcando assim, as transformações no sistema educacional, então em crise.

O Movimento de Cultura Popular do Recife foi extinto com o golpe militar, em março de 1964. Dois tanques de guerra foram estacionados no gramado da sua sede, no Sítio da Trindade. Toda a documentação do Movimento foi queimada, obras de artes destruídas e os profissionais envolvidos foram perseguidos e afastados dos seus cargos. (GASPAR, 2008).

Os movimentos de educação e cultura popular tiveram fim com o golpe militar, pois as transformações ocorridas na educação, principalmente de alfabetização do proletariado, não eram bem-vistas pelos então políticos militares que governariam o país. A esse respeito, Paulo Freire expõe que: “Seria uma atitude muito ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitisse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de forma crítica.” (Jornal O Tribuna Amapaense apud Paulo Freire).

2. Legislação no âmbito da educação não formal

Antes de adentrarmos neste assunto, é importante conceituarmos educação formal e não formal. De forma simples e resumida, podemos afirmar que educação formal é aquela institucionalizada, que ocorre nas escolas, diferentemente da educação não formal que:

Ela aborda processos educativos que ocorrem fora das escolas, em processos organizativos da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais. ONGs e outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área social; ou processos educacionais frutos da articulação das escolas com a comunidade educativa, via conselhos, colegiados, etc.” (PRÍNCIPE; DIAMANTE apud GOHN, 2008, p. 7).

Vale destacar ainda que, alguns educadores diferenciam ainda educação não formal de educação informal: “A educação transmitida pelos pais na família, no convívio com amigos, clubes, teatros, leitura de jornais, livros, revistas, etc. são considerados temas da educação informal. O que diferencia a educação não-formal da informal é que na primeira existe a intencionalidade de dados sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos. A educação informal decorre de processos espontâneos ou naturais, ainda que seja carregada de valores e representações, como é o caso da educação familiar. (MORAIS apud GOHN 2008).

Feita a diferenciação, adentremos agora no âmbito legal da educação não formal. Temos que,

anterior a década de 80, a prática de ensino desenvolvida no âmbito escolar esteve no centro das atenções. “A partir dos anos 1990, a educação não formal ganha um grande destaque, graças as mudanças na economia, sociedade e mundo do trabalho. Os processos de aprendizagem em grupos são valorizados e os valores culturais que articulam as ações dos indivíduos ganham grande importância”. (PRÍNCIPE; DIAMENTE).

Com a publicação do artigo 205 da Constituição da República de 1988, nos deparamos com o seguinte:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Constituição Republicana de 1988 abre a possibilidade de espaços não formais de educação ao estabelecer que “a educação será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. Foi a partir deste marco que os movimentos de educação e cultura popular do século XX puderam colher os frutos do seu trabalho, pois até então, a educação era função da escola.

Com isso, percebemos outras “aberturas” na legislação com relação aos ambientes não formais de educação. A exemplo disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), datado de 1989, após incentivo proporcionado pela promulgação da Constituição da República em 1988, apresenta normas de proteção e valorização da criança do adolescente. Nesse contexto, qual o paralelo existente entre a positivação dessas normas e a criação de ambientes não formais de educação?

Sobre o assunto, temos:

A educação transmitida pelos pais na família, no convívio com amigos, clubes, teatros, leitura de jornais, livros, revistas, etc. são considerados temas da educação informal. O que diferencia a educação não-formal da informal é que na primeira existe a intencionalidade de dados sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos. A educação informal decorre de processos espontâneos ou naturais, ainda que seja carregada de valores e representações, como é o caso da educação familiar. (PRÍNCIPE; DIAMENTE).

Além das contribuições para a educação não formal proporcionadas pela Constituição da república e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, a mais significativa ocorreu em 1996, com a publicação da lei 9.394, mais conhecida como lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Em seu artigo 1º, a lei 9.394/96 estabelece que:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional abriu espaço para demais entidades atuarem no processo educacional: a família, o convívio humano, o ambiente de trabalho, as instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais, organizações da sociedade civil (como as organizações não governamentais, conhecidas como ONGs) e manifestações culturais. Ora, percebemos que a escola não mais é a única responsável pela educação, podendo o indivíduo educar-se nos demais ambientes da vida civil/familiar, os já mencionados ambientes não formais de educação.

Após a descentralização da educação com a ampliação de seu conceito, percebe-se a atuação de vários segmentos da sociedade comprometidos com este processo. Conforme descreve (PARREIRA; JOSÉ FILHO, 2010) “observa-se hoje no Brasil uma ampliação do conceito de educação, que não se restringe à ação de ensinar e ao processo de aprendizagem no interior de instituições escolares formais, extrapolando os muros da escola para os espaços domésticos, comunitários, do trabalho, do lazer, das relações sociais, etc. Assim, organiza-se um novo campo da educação, o da educação não formal.”

3. Novas tendências educacionais: ambientes não escolares

Superada a diferenciação/definição entre ambientes de educação formal e não formal, compete agora discriminar quais ambientes podem ser considerados como espaços não formais de educação.

Como ambientes não formais, podemos citar como rol exemplificativo: oficinas, centros culturais, fundações e Organizações não governamentais (ONGs), museus e galerias. Com relação a aos últimos, podem ser assim caracterizados pois, “dentro do contexto atual são espaços propícios ao desenvolvimento e fruição cultural, uma vez que possibilitam o acesso a novas linguagens, a conhecimentos de valores teóricos e também o estímulo à curiosidade dos visitantes, tornando-se um instrumento a favor do aprendizado.” (PAZ et al, 2011).

Ainda referente ao tema, uma outra alternativa também considerada como educação não formal ficou conhecida como escola aberta, como uma tentativa de aproximar comunidade e escola.

Nos dizeres de SOUZA,

A escola aberta é uma possibilidade, uma alternativa de se atrair as pessoas para a escola, favorecendo no processo de valorização do espaço e no processo de desenvolvimento pessoal e dos sujeitos que ali estiverem. É um espaço alternativo na comunidade para se utilizar aos finais de semana ou ainda em horários extra escolares. Esta alternativa denominada escola aberta é um programa do ministério da educação juntamente com a Unesco e tem por objetivo contribuir para a melhoria da qualidade da educação e possibilitar a inclusão por meio da ampliação das relações entre escola e comunidade. Este espaço aberto à comunidade não tem como perspectiva uma ação voluntária no sentido de assumir um papel, ou ainda uma ação que substitua as responsabilidades do governo. Esta ação tem ainda o objetivo de efetivar a participação da comunidade e em prioridade a participação da comunidade escolar, principalmente as crianças e adolescentes, para a reivindicação de seus direitos (...). (SOUZA, 2008).

Para que a escola aberta possa promover de fato um espaço de disseminação do saber como ambiente não formal de educação, é fundamental que as cidades se desenvolvam a fim de propiciar um ambiente favorável a educação: cidade educadora. Com relação ao assunto, “a cidade educadora é uma cidade que demonstra alternativas de práticas educativas que podem garantir a participação em sua integralidade, ou seja, a participação da comunidade em todas as ações da cidade, nas questões de educação, política, cultura, social e econômica, contribuem para uma formação integral.” (SOUZA, 2008).

A primeira cidade educadora, pioneira neste processo de educação, foi a cidade de Barcelona, na Espanha. A fim de regulamentar o tema, em 1990, foi escrita a Carta de Ciudades Educadoras. Atualmente, existem 245 cidades pelo mundo adeptas aos princípios descritos na carta. No Brasil, podemos citar algumas cidades que também aderiram a escola aberta. São elas: Alvorada, Belo Horizonte, Campo Novo do Parecis, Caxias do Sul, Cuiabá, Pilar e Porto Alegre. (SOUZA, 2008).

Escola aberta, clubes, fundações, igrejas, parques... não importa o nome do local...estamos vivenciando o engajamento de vários grupos da sociedade, preocupados com a disseminação do saber, atuando em conjunto com a escola, a fim de possibilitar ao indivíduo uma maior compreensão de mundo.

CONCLUSÃO

A crise pela qual passou o modelo tradicional de educação teve seus pontos positivos. Conforme já exposto anteriormente, a partir da década de 60, com a eclosão dos movimentos de educação e cultura popular, foram possíveis mudanças na legislação do país com relação ao modelo tradicional de educação, iniciadas somente na década de 80. Os espaços/ambientes não formais de educação ganham força no processo educacional, atuando em conjunto com a escola.

A fim de acompanhar as transformações sociais, econômicas e políticas da sociedade ocorridas nas últimas décadas, o modelo tradicional de educação também necessitava de mudanças. Os altos índices de analfabetismo contrastavam com as mudanças positivas ocorridas na sociedade. Era preciso um novo modelo educacional; um processo mais humanista, que identificasse as necessidades do homem e o inserissem na sociedade de forma plena.

Foram necessárias mudanças na legislação brasileira a fim de nos adequarmos as novas formas do processo educacional. A publicação da Constituição da República, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foram primordiais para a evolução dos ambientes educativos não formais.

O surgimento destes espaços não formais de educação contou ainda com a evolução dos meios eletrônicos, possibilitando assim uma rápida disseminação do saber. Surge neste momento a chamada educação à distância (conhecida como EAD), modelo de educação não presencial amplamente utilizado. Além disso, espaços até então pouco valorizados pelo cidadão passam a fazer parte do processo educacional. Exemplo clássico são os museus.

Por todo o exposto, cabe ressaltar ainda que, o objetivo deste artigo é mostrar como os ambientes não formais de educação tornaram-se viáveis para a formação do indivíduo, porém não isoladamente. A atuação desses grupos da sociedade é importante para a disseminação do saber, porém não defendemos aqui a abolição do modelo tradicional de ensino, e sim sua reestruturação, atuando em conjunto com os espaços não formais de educação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Márcio Moreira. *A igreja e a política no Brasil*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_a_igreja_politica_no_brasil.pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2013.
- BRANDÃO, Carlos R.A. *A educação como cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. *O que é educação*. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 20 de outubro de 2013.
- _____. *Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em 16 de outubro de 2013.
- _____. *Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 17 de outubro de 2013.
- _____. *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/>>. Acesso em: 20 out. 2013.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Disponível em:
<http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf%5Cpedagogia_do_oprimido.pdf>. Acesso em: 09 de outubro de 2013.

GASPAR, Lúcia. *Movimento de Cultura Popular (MCP)*. Disponível em:
<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=723&Itemid=192>. Acesso em 02 de outubro de 2013.

GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo: A Campanha de Pé no Chão*. São Paulo: Autores Associados / Cortez, 1982. 174 p.

GÓES, Moacyr de. *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler: (1961-1964) Uma Escola Democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1980. 209 p.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001b.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 3. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e pedagogos pra quê?*. 10 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

MORAIS, Paula Renata Bassan. *Um olhar sobre a educação não formal*. Disponível em:
<http://www.uninove.br/marketing/viii_coloquio/pdfs/completos/MORAIS_Paula_Renata_Bassan.pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2013.

RODRIGUES, Deneusa Luzia; TAMANINI, Elizabete. *Educação não formal e movimentos sociais – práticas educativas nos espaços não escolares*. Disponível em:
<<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1178/78>> . Acesso em: 10 out. 2013.

PARREIRA, Lúcia Aparecida; JOSÉ FILHO, Mário. *A educação não formal: desafios de uma prática pedagógica*. Disponível em:
<<http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/download/442/429>>. Acesso em 20 de novembro de 2013.

PAZ, Wilton Correia et al. *O papel da educação não formal e suas contribuições para a formação não formal do cidadão*. Disponível em:
<<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/viewFile/3716/2605>>. Acesso em: 10 de outubro de 2013.

PRINCIPE, Lisandra Marisa; DIAMANTE, Juliana. *Desmistificando a educação não formal*. Disponível em: <http://www.sumare.edu.br/arquivos/1/raes/06/raesed06_artigo01.pdf>. Acesso em 2 de outubro de 2013.

SOUZA, Cléia Renata Teixeira de. *A educação não formal e a escola aberta*. Disponível em:
<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/444_356.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2013.

TRIBUNA AMAPAENSE. *Entrelinhas*. Disponível em:
<http://tribunaamapaense.blogspot.com.br/2013/10/entrelinhas_18.html>. Acesso em: 04 de outubro de 2013.